



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL

LEI MUNICIPAL Nº 4278/2006

CRIA O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO
FISCAL DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
DO SUL.

JORGE VALDENI MARTINS, Prefeito Municipal de São Vicente do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, em cumprimento ao que dispõe a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica criado pela presente Lei, o Programa de Recuperação Fiscal do Município de São Vicente do Sul, com o objetivo de facilitar ao contribuinte o pagamento de dívidas inscritas em dívida ativa tributárias e não tributárias, referente a Fatos Geradores até 31 de Dezembro de 2006, ajuizadas ou não.

Art. 2º - Para inclusão no Programa deverá ser observado o seguinte:

- I- O pagamento deverá ser exclusivamente a vista;
- II- No caso de créditos em cobrança judicial, deverá o contribuinte quitar todas as dívidas constantes de um mesmo processo judicial;
- III- No caso de crédito não ajuizados relativos a IPTU, será admitida a quitação por cadastro e por exercício.
- IV- No caso de créditos não ajuizados relativos a ISSQN, será admitida a quitação por exercício;
- V- No caso de créditos não ajuizados relativos a autuações fiscais, será admitida a quitação por autuação;
- VI - Nos casos de créditos não ajuizados relativos a dívidas de Alvará, Taxa de Vistoria, Contribuição de Melhoria e demais dívidas não tributárias, será admitido a quitação por exercício.

Art. 3º - O contribuinte que requerer sua inclusão no Programa terá os seguintes benefícios:

- I- Desconto de 100% da Multa de Mora;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL

II- Desconto de 100% dos Juros a contar do vencimento

Art. 4º - Poderão enquadrar-se no Programa, inclusive, os contribuintes que estão com parcelamento em andamento, desde o saldo do parcelamento seja todo quitado à vista.

Parágrafo Único- Neste caso, os descontos do Art. 3º incidirão apenas sobre as parcelas pendentes de pagamento, vedada qualquer revisão às parcelas já quitadas.

Art. 5º - No caso de créditos sob qualquer forma de discussão judicial proposta pelo devedor, seja mediante embargos ou outra ação, deve o mesmo, para ser incluído no Programa, concomitante com o pagamento da dívida ou parcelamento, desistir da ação/embargos.

Art. 6º - A adesão ao Programa nos termos dos Artigos acima referidos importará em renúncia a qualquer discussão judicial do débito pago.

Art. 7º - Na quitação dos créditos ajuizados, fica o contribuinte dispensado do pagamento de honorários em favor do Município, respondendo apenas, como condição para inclusão no Programa, pelo prévio pagamento das custas do processo devidas ao Estado, se não for beneficiário da gratuidade judiciária.

Art. 8º - Os benefícios da presente Lei entrarão em vigor a partir de 1º Janeiro de 2007 até o dia 23 de Dezembro de 2007.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL,
EM 27 DE DEZEMBRO DE 2006.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
EM DATA SUPRA.

JORGE VALDENI MARTINS
PREFEITO MUNICIPAL

MARLEI DE MELLO RUMPEL
SEC.MUNIC.ADMINISTRAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL

Certifico que a presente lei foi afixada no quadro de avisos e publicações em 27/12/2006.Livro 27.